

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um recado ao Judiciário...

A referência do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Executivo e Legislativo como irmãos “xifópagos”, ou seja, siameses, deixou nos líderes governistas a impressão de que ele quis dar um recado ao Poder Judiciário. Até porque, antes de se referir a isso, citou nominalmente o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins.

...e ao próprio Congresso

Alguns líderes consideraram, ainda, um aviso aos próprios congressistas. Algo do tipo: “Comigo vocês são felizes e recebem as emendas”.

Lá fora

Agentes financeiros têm ampliado as conversas com o PT porque acreditam que, num cenário pós-guerra, o país precisará de alguém capaz de levar o jogo da diplomacia internacional para o ESG — sigla em inglês para meio ambiente, olhar social e governança — em busca de uma economia mais sustentável. E muitos consideram que o atual governo não tem o perfil para renovar a visão internacional a respeito do Brasil nessa seara.

Afunilou

Dois nomes disputam a vaga ao Senado na chapa do ex-ministro de Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao governo de São Paulo: Paulo Skaf e o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Marcos Pontes.

Mercado ressuscita Paulo Guedes

Com a aprovação da emenda constitucional que ampliará o Auxílio Brasil e criará o voucher caminhoneiro com pagamento dobrado em agosto, a intenção do mercado financeiro é reforçar os pilares que sustentam o ministro da Economia, Paulo Guedes. A ideia é evitar que o Centrão, tão solícito e prestativo na hora de aumentar gastos, não fique senhor absoluto da agenda econômica. Guedes, até aqui, dizem alguns, ajudou a segurar muita coisa. Mal ou bem, é o que o mercado tem hoje no governo como lastro. E se

Bolsonaro virar o jogo eleitoral, o que uma parcela dos investidores não descarta, será preciso manter alguém que tenha trânsito e capacidade e resgatar um viés mais liberal.

Em tempo: o fato de o mercado incensar o ministro da Economia não significa que não esteja conversando com outros candidatos. Aliás, o contato com os petistas há tempos não era “tão bom e frequente” — conforme relatam aqueles que sempre fazem contas para ver onde será possível manter a rentabilidade.



MAURE

CURTIDAS

Carlos Moura/CB/D.A. Press



Projeção caseira/ Puxado por Roseana Sarney (foto), o MDB do Maranhão calcula que conseguirá eleger quatro deputados: Roseana, Hildo Rocha, Edinho Lobão e João Marcelo.

É assim que se faz/ A deputada Bia Kicis (PL-DF) fez questão de pagar a sua passagem para o Rio de Janeiro, no próximo fim de semana, quando irá participar do lançamento da candidatura de Bolsonaro à reeleição. Nada de usar passagens da Câmara para eventos partidários.

Santo recesso, Batman! Os analistas econômicos que acompanham de perto os gastos do Executivo respiram aliviados com as férias dos parlamentares. É menos risco de ampliação de gastos ou subsídios.

Nem assim/ Nem o esforço concentrado convocado por Arthur Lira (PP-AL) para a primeira semana de agosto promete encher o plenário. A tendência é que, nesse período de campanha, o Congresso mantenha o registro de presença de forma híbrida.

SOCIEDADE

Médicos são intimidados

Ministério pede investigação de equipe que realizou a interrupção da gravidez de uma menina de 11 anos, estuprada em SC

» FABIO GRECCHI

Cruzada

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MFDH) pediu uma investigação contra os médicos que realizaram o aborto legal, em 22 de junho, na menina de 11 anos estuprada em Santa Catarina. A pasta segue uma determinação do presidente Jair Bolsonaro (PL), feita em 24 de junho passado, quando, ao comentar o episódio, pediu aos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos que investigassem o caso.

O procedimento de interrupção da gravidez foi feito no Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, de Florianópolis. Mas aconteceu somente depois que a procuradora da República Daniele Cardoso Escobar enviou à superintendente da unidade de saúde, Joanita Angela Gonzaga Del Moral, a recomendação para que levasse adiante o aborto e cumprisse o que prevê a legislação brasileira.

De acordo com o MFDH, os ofícios interpelando a equipe médica serão enviados à Justiça e ao Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina. A pasta baseia a iniciativa na “ampla elucidação dos fatos”.

“Todos os procedimentos de apuração e investigação são prerrogativas constitucionais e democráticas para todos os envolvidos, tendo em vista ser este espaço, o da apuração, o adequado para a apresentação de evidência, expostas à ampla defesa e o contraditório”, observa a nota do MFDH. O Código Penal autoriza a interrupção da gravidez em caso de violência sexual, sem qualquer restrição quanto ao tempo de gestação e sem necessidade de autorização judicial.

O episódio, porém, vem sendo utilizado pelo governo federal para marcar posição contra o que está previsto no artigo 128 do Código Penal. No dia 28 de junho, o Ministério da Saúde realizou uma audiência pública em defesa de uma cartilha — intitulada *Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento* —, que divulgou 10 dias antes e na qual afirma que não existe aborto legal no Brasil. No evento, a pasta foi acusada de reunir somente pessoas favoráveis à teoria de que toda interrupção de gravidez é criminoso.

Porém, no dia 24, o presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou a legislação que autoriza o aborto no Brasil em casos específicos. Ao comentar, por meio das redes sociais, o caso da menina de Santa Catarina, afirmou que “não se discute a forma como ele (o feto) foi gerado, se está amparado ou não pela lei”. Classificou o procedimento como “barbárie” e destacou que o feto tinha 29 semanas.

O caso do estupro veio à tona depois que os sites *The Intercept* e *Catarinas* publicaram uma reportagem mostrando que a juíza Joana Ribeiro Zimmer tentou induzir a criança a manter a gravidez. A magistrada, inclusive, afastou a menina do convívio da família, ao acolher petição da promotora Mirela Dutra Alberton, do Ministério Público catarinense — ficou recolhida a uma instituição por aproximadamente 40 dias.

Na Câmara, parlamentares da base de apoio do presidente tentaram até mesmo aprovar uma moção de apoio à juíza. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) chegou a dizer que a magistrada “estava certa” em tentar convencer a criança a levar a gravidez adiante.

Solon Soares/Agência ALESC



Joana Zimmer tentou convencer a menina, que tinha sido violentada, a segurar a gestação, que foi abortada



Todos os procedimentos de apuração e investigação são prerrogativas constitucionais e democráticas para todos os envolvidos”

Trecho da justificativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Prefeituras denunciam falta de remédios

Remédios estão em falta em oito a cada 10 municípios do brasileiro. É o que mostra um levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), feito com 2.469 prefeituras, divulgado ontem. As cidades relatam ausência de estoque na rede pública principalmente do antibiótico amoxicilina, usado contra infecções, e do analgésico dipirona, indicado para tratar dores e febre.

Conforme a CNM, mais de 80,4% dos gestores que responderam à consulta afirmaram sofrer com falta de remédios básicos para atender a população. A entidade sugeriu, então, que eles indicassem os tipos de medicamento em falta a partir de uma listagem preestabelecida, o que permitiu entender melhor o cenário. A pesquisa foi aplicada entre os dias 23 de maio a 20 de junho.

A falta de amoxicilina foi

apontada por 68% dos municípios — ou 1.350 cidades, em números absolutos. Já a ausência de dipirona na rede de atendimento municipal (anti-inflamatório, analgésico e antitérmico) foi citada por 65,6% (1.302 cidades).

Destacam-se também a escassez de dipirona injetável, que é usada para tratar dores e febre e está em falta em 50,6% das cidades, e de prednisolona, indicada para o tratamento de alergias, distúrbios endócrinos, entre outras doenças. Ao todo, 45,3% das cidades relataram não ter estoques deste último medicamento.

A maioria dos gestores (44,7%) de cidades com falta de medicamentos informou que a situação se estende entre um período de 30 a 90 dias. Ao mesmo tempo, 19,7% relataram que o problema é crônico, uma vez que o desabastecimento ocorre

há pelo menos três meses.

“Problemas no fornecimento pelo Ministério da Saúde, movimentos de protesto de funcionários em portos e aeroportos, questões envolvendo a política internacional como dificuldades de importação de insumos, por causa da guerra na Ucrânia e do lockdown na China, são alguns dos motivos mais relatados”, informou a CNM no relatório do levantamento.

“Existe, há mais de 90 dias, desabastecimento crônico de medicamentos básicos e especializados que está afetando os serviços públicos de saúde, inclusive os básicos, estruturas nas quais a população busca atendimento de questões respiratórias e do pós-covid-19, onde se acolhem as populações com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes”, afirmou.

O presidente da CNM, Paulo

Ziulkoski, disse que o levantamento foi feito porque a entidade já tinha a suspeita de que havia falta de remédios em grande parte dos municípios. Com a coleta das informações, isso ficou ainda mais claro. “A grande verdade é que há falta. Isso é real e está ocasionando todo esse drama local, e a gente não está vendo solução neste momento.”

O Ministério da Saúde informou não medir esforços para manter a rede de saúde abastecida com todos os medicamentos ofertados pelo SUS. A pasta diz terem sido constatadas diversas causas globais que extrapolam competências da pasta. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em nota, que há dificuldade de compra de alguns itens de medicamentos devido à indisponibilidade de produtos no mercado nacional.